



ANEXO I - Formulário de Projeto de Pesquisa.

EQUIPE	
Coordenador do projeto:	Joelma Aparecida Bressanin
Titulação:	Doutorado
E-mail: bressanin.joelma@unemat.br	Telefone: (65) 99905-0757
Curso/Campus/Faculdade:	Letras/Cáceres/Educação e Linguagem
Área do conhecimento (CNPq):	Linguística, Letras e Artes
Membros docentes da UNEMAT:	José Ricardo Menacho Tamarin de Oliveira Carvalho (Curso de Direito) Rose Kelly dos Santos Martinez (Curso de Direito) Flávio da Guia Correa (Curso de Letras)
Membros discentes da UNEMAT:	Adilson Vilasboas Seba (Mestrando/PPGL) Alexandra Bressanin (Doutoranda/PPGL) Ediney Nunes de Oliveira (Mestranda/PPGL) Márcia Regina de Souza (Doutoranda/PPGL) Mariclei Eduardo Cintra Barreto (Doutoranda/PPGL) Rosana Maria Pansani Minto dos Santos (Doutoranda/PPGL) Sergilaine Fátima de Miranda Cebalho (Doutoranda/PPGL) Rosimeire Igreja Galvão (Mestranda/PPGL) Geisimar Rodrigues dos Santos (Graduanda em Letras) Gabriel Brailowsky de Oliveira Fernandez (Graduando em Letras)
Vigência:	Data de início: <u>08/ 06/ 2022</u> Data de término: <u>08/ 06/ 2024</u>



TÍTULO DO PROJETO: A GESTÃO DO SOCIAL NO/PELO ESTADO: OS SENTIDOS DE (DES)IGUALDADE EM DISCURSIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

DESCRIÇÃO RESUMIDA:

Este projeto tem por objetivo analisar os discursos oficiais/institucionais acerca da promoção da igualdade e/ou da superação das desigualdades sociais, educacionais, linguísticas, tecnológicas, étnico-raciais, de gênero, em circulação na contemporaneidade. Filiamos-nos à teoria da Análise de Discurso Materialista, para, em nossos gestos teóricos e analíticos de interpretação, contrapormos a materialidade linguística à materialidade histórica, tornando visível o processo sócio-histórico pelo qual os sujeitos e os sentidos (se) significam em um espaço (urbano) administrado, institucionalizado. Sob essa perspectiva, pensamos na articulação, pelo Estado, do simbólico com o político, na constituição da forma-sujeito histórica capitalista, nos modos de individuação do sujeito e nos processos de identificação.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA:

Nos dois últimos anos, vivenciamos um período conturbado em razão dos impactos e desdobramentos sanitários, sociais e econômicos ocasionados pela pandemia do vírus SARS-CoV-2. Na área da educação, não foi diferente. Com o fechamento das escolas, a suspensão das atividades presenciais, o início do ensino remoto, meses depois, a substituição deste pelo ensino híbrido, e, mais recentemente, com o retorno das atividades presenciais, pudemos observar, sentir e nos indignar com o aumento dos índices de evasão escolar. Essa situação se estendeu, igualmente, aos ambientes acadêmicos, tornando visível que a gestão de políticas públicas direcionadas à educação e ao ensino, no que diz respeito à promoção da igualdade social, ainda segue muito aquém do que se almeja de/para um país, que, textualmente, em sua Constituição Federal (CF/88), diz ser (ou, programaticamente, pretender ser) democrático, socialmente justo e responsável por garantir e proteger a dignidade humana de sua população.



Assim sendo, tomando como ponto de partida a CF/88, conforme o que estabelece a redação combinada dos artigos 5º, que dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (*caput*); 6º, que dispõe que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (*caput*); e 206, I, que dispõe que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios (*caput*): I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” [...], formulamos, para o desenvolvimento da pesquisa, algumas questões sobre o papel do Estado e das instituições sociais na concretização do direito à igualdade. Dentre elas, destacamos: o que significa “igualdade de condições” nas textualidades jurídicas? De que modo o Estado atua para fazer incluir (participar) o sujeito (jurídico) no (do) espaço urbano através de suas políticas? Como se dá a individuação dos sujeitos pelo Estado com suas instituições (e discursos) nesse processo?

Para responder a essas indagações, filiados à teoria da Análise de Discurso Materialista, buscaremos compreender os sentidos de (des)igualdade em diferentes materialidades significantes, observando, no/pelo funcionamento da linguagem, a relação entre língua, sujeito, história e espaço. É, pois, o dispositivo teórico da Análise de Discurso que, ao interrogar a(s) interpretação(ões) posta(s), ou cristalizada(s), permite-nos mostrar aquele funcionamento, uma vez que trabalhando com a opacidade do dizer, e não com a ilusão de sua nitidez e completude, é possível identificar as intervenções do político e do ideológico nos processos de significação, na constituição dos sentidos. Dito de outro modo, a Análise de Discurso “ocupa esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica questionar a interpretação, considerando-a como objeto de reflexão.” (ORLANDI, 2004, p.21). Essa forma particular de considerar a interpretação nos permite deslocar a noção de ideologia de um campo sociológico para o campo discursivo. Conforme postulou Pêcheux ([1975] 2009, p.16), o sentido é determinado



por posições ideológicas, que por sua vez se constituem na relação com a exterioridade, em uma dada conjuntura sócio-histórica.

Então, cabe ao analista de discurso descrever o funcionamento do objeto simbólico (o texto), explicitar como este produz sentidos, isto é, construir seu dispositivo analítico para mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização de uma determinada discursividade, pois é na textualização (na formulação) que a discursividade adquire visibilidade (que os sentidos são produzidos), deixando marcas, vestígios (traços na textualidade).

Nessa perspectiva, o nosso objetivo é compreender a constituição e o modo como os discursos sobre a promoção da igualdade se historicizam, considerando os efeitos do interdiscurso (da memória discursiva), em diferentes condições de produção, nas discursividades contemporâneas.

Convém lembrar que o trabalho de funcionamento da memória é um dos fatores determinantes para a perpetuação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, bem como das diretrizes políticas, educacionais, culturais que as colocam em funcionamento, de acordo com um alinhamento interdiscursivo de (re)produção de sentidos.

Como exemplo, citamos a atual Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que reproduz os sentidos de igualdade de oportunidades, assegurada pela CF/88, na formulação de seu conjunto de princípios, em seu art. 3º, IX, conforme recortamos: “igualdade de oportunidades educacionais”. (PNA, 2019, p.51). De modo semelhante, comparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua textualização, a discursividade da (des)igualdade de acesso e permanência na escola:

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, **a igualdade educacional** sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. **Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica**, sem o que o direito de aprender não se concretiza. O Brasil, ao longo de sua história,



naturalizou **desigualdades educacionais** em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. (BNCC, 2017, p.15, grifos nossos).

Em nossos primeiros gestos de aproximação e compreensão da temática, atendo-nos, ainda nesta fase exploratória, aos textos jurídicos e às políticas públicas voltadas à educação e ao ensino, chamou-nos a atenção a regularidade estabilizada, a recorrência dos dizeres da/sobre a (des)igualdade educacional nas políticas de ensino atuais, como um vestígio que aponta para a repetibilidade de sentidos, uma rede de filiação a uma formação ideológica (redes parafrásticas). É por essa razão que, em nossos gestos de interpretação, pretendemos produzir uma “escuta” para tornar visíveis os modos pelos quais as formações ideológicas (PÊCHEUX, [1969] 2014), as formações discursivas (PÊCHEUX, [1975] 2009) e as formações imaginárias (PÊCHEUX, [1969] 2014) determinam o dizer, administrando as relações de sentidos e as relações de força que o afetam. E, nessa direção, objetivamos, também, ampliando o nosso olhar para a dimensão dos direitos sociais, identificar em diferentes materialidades significantes, que serão selecionadas na construção do *corpus* de análise (a ser delimitado, posteriormente, pelos participantes da equipe), os espaços de contradição e de silenciamento, na formulação e circulação dos sentidos de (des)igualdade.

Compõem a equipe do projeto docentes e discentes dos Cursos de Graduação em Letras e em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o que implica dizer que também atuaremos para fortalecer a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que a Instituição não só forma professores e/ou pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), como os instiga a atuar em diversas redes de ensino, promovendo a produção e a circulação do conhecimento científico entre os três eixos.

Para a consolidação deste projeto, contamos com as reflexões e as investigações que vêm sendo realizadas no âmbito do Grupo de Estudos Políticas de



Ensino de Línguas no Centro-Oeste (GEPELCO/CNPq), criado e em atividade desde 2014, e que atua a partir de quatro linhas de pesquisa: a) Linguagem, Conhecimento e Tecnologias; b) Estudo das relações entre Língua, Sociedade e História; c) Políticas de ensino e políticas de formação de professores; e d) Políticas de Educação Especial.

Em suma, objetivamos a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, tomando a linguagem enquanto prática social e simbólica. Ressaltamos que o potencial de inovação deste projeto não se dá apenas no campo da elaboração de artefatos, está também fundamentado e comprometido com a promoção e a problematização do debate em torno da (des)igualdade social no nível da linguagem, buscando, nesse movimento, compreender o funcionamento desta, à luz da Análise de Discurso materialista, com seus dispositivos teóricos e analíticos, e produzir novos saberes.

Registramos, por fim, que temos como metas:

1. A formação de mestrandos, doutorandos e de pesquisadores, com ênfase nas questões político-sociais da região Centro-Oeste do país;
2. A orientação de trabalhos monográficos e de iniciação científica na graduação;
3. A produção de conhecimento, enfatizando a relação entre o político na língua, as políticas públicas e o social;
4. A promoção de encontros/ciclos de debates, por meio do grupo de pesquisa GEPELCO/CNPq;
5. A realização de oficinas e minicursos em eventos locais, regionais e nacionais;
6. A publicação de um Dossiê Temático com artigos para socialização das pesquisas;
7. A participação em eventos científicos para apresentar os trabalhos resultantes do projeto de pesquisa.

OBJETIVOS: (inserir quantas linhas forem necessárias)



Geral: Compreender a constituição e o modo como os discursos sobre a promoção da igualdade se historicizam, considerando os efeitos do interdiscurso (da memória discursiva), em diferentes condições de produção, nas discursividades contemporâneas.

Específicos:

- Compreender os modos de constituição do discurso da/sobre a igualdade;
- Identificar os espaços de contradição, de silenciamento na formulação e na circulação dos sentidos de (des)igualdade em diferentes materialidades significantes;
- Analisar os discursos oficiais/institucionais acerca da promoção da igualdade e/ou da superação das desigualdades;
- Dar visibilidade aos efeitos de sentidos produzidos por esses discursos (o processo discursivo que se mostra e se esconde);
- Realizar grupos de debates entre os pesquisadores envolvidos;
- Desenvolver pesquisas pessoais e coletivas sobre os materiais selecionados;
- Divulgar em eventos os resultados das pesquisas;
- Produzir um Dossiê Temático para contemplar artigos frutos do grupo de pesquisa e de especialistas nacionais e/ou estrangeiros.

METODOLOGIA:

Nossa proposta se pauta nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso materialista, fundada por Michel Pêcheux e colaboradores, na França, no final da década de 1960, e introduzida nos anos de 1970, no Brasil, por Eni Orlandi, que, junto a outros pesquisadores, desde então, vem desenvolvendo e ressignificando esse campo teórico.

A Análise de Discurso é, então, compreendida como uma disciplina de entremeio, que surgiu da confluência e de deslocamentos teórico-reflexivos entre três áreas do conhecimento: a Linguística, o materialismo histórico e a teoria do discurso,



e da costura destas por “uma teoria da subjetividade de ordem psicanalítica” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 160), constituindo uma outra região teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva” (ORLANDI, 2006, p.14). Desta feita, a Análise de Discurso tem seu método e objeto próprios que tocam as bordas dessas três regiões científicas, mas não se confundem com elas. Dito de outra forma, Pêcheux desloca a dicotomia saussuriana *língua/fala* e propõe uma relação não-dicotômica entre *língua* e *discurso*. Deste modo, o objeto de estudo da Análise de Discurso é o discurso, definido como “efeitos de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 81).

Nessa perspectiva teórica, de acordo com Orlandi ([1999], 2007, p. 15), “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” Dessa forma, busca-se compreender os efeitos de sentido, cuja materialidade de análise encontra-se na língua, procurando compreendê-la não apenas como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento (ORLANDI, [1999], 2007); (PÊCHEUX, [1984] 1990). A relação estrutura/acontecimento nos remete à ideia de funcionamento, articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade.

Nessa direção, podemos dizer que o objetivo da Análise de Discurso é descrever o funcionamento do discurso, como este produz sentidos. Assim, o trabalho do analista de discurso é mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização do discurso (em sua espessura semântica, linguístico-histórica). E aí, então, entra em cena o texto, “não mais como unidade significativa linguística disponível, preexistente, espontânea, naturalizada, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade.” (ORLANDI, 2001, p.13). Pensar o texto em seu funcionamento é pensá-lo em relação às suas condições de produção, à sua exterioridade.

O analista fará, então, um percurso que se dá no batimento entre a descrição e a interpretação. Em um primeiro momento da análise, tomará o material bruto linguístico como tal (o corpus, os textos) e procederá à de-superficialização desse



material para se chegar ao *objeto discursivo* (material analisado), e neste podendo ser observado as *formações discursivas* que presidem a organização do material. Nesta etapa, é fundamental tornar visível as paráfrases, as sinonímias, as relações do dizer com o não-dizer, etc. Em um segundo momento, trabalhará sobre o objeto discursivo, procurando determinar que relação este estabelece com as *formações ideológicas*, chegando ao *processo discursivo*, que é responsável pelos efeitos de sentidos produzidos pelo material simbólico. Ao longo de todo procedimento analítico, cabe ao analista, ainda, observar o que chamamos de “efeito metafórico”, fenômeno semântico de substituição contextual (cf. PÊCHEUX, [1969] 2014), responsável pelos deslizamentos de sentido, lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade, que nos permite pôr em relação *língua* e *discurso*, objetivar, na análise, a articulação entre *estrutura* e *acontecimento*.

Os elementos fundamentais da Análise de Discurso estão na relação língua/sujeito/história, sendo a história, cabe-nos esclarecer, entendida como exterioridade constitutiva de qualquer discursividade, analisável na textualização do discurso. Como dissemos, num movimento constante de descrição e de interpretação, o analista tecerá as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente.

Nessa direção, interessa-nos compreender, por meio do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso, como os discursos sobre a promoção da igualdade se textualizam em diferentes materialidades significantes (textos imagéticos, documentos jurídicos, políticas educacionais, linguísticas, afirmativas, tecnológicas etc.) que constituirão o nosso *corpus* de análise.

Pensando, pois, a questão do social em relação ao espaço simbólico, administrado pelo Estado, trabalharemos, dentre outros funcionamentos discursivos das políticas públicas, com o modo como estas, por meio dos discursos jurídicos e administrativos, apagam o político, silenciam outros sentidos possíveis, produzem a interdição aos gestos de interpretação (cf. ORLANDI, [1999] 2007; 2001; 2010).



Ressaltamos que com o apagamento do político nos (pelos) discursos jurídicos e nos (pelos) administrativos, as políticas públicas, elaboradas, ou em vias de..., ou já em execução, e seus desdobramentos na/para a sociedade, passam a ser apresentados como um (simples) problema de gestão, de gerenciamento da “coisa pública”. E, na mesma linha, ressaltamos que o jurídico, por sua vez, ao mesmo tempo em que sustenta o processo de individuação das diferenças (das desigualdades) sociais, apaga as condições de produção e circunstâncias estruturais em que são produzidas. Convém registrar que: “o político, para quem trabalha com linguagem, está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’ os mesmos.” (ORLANDI, 2010, p.12).

Analisando as políticas públicas voltadas para a inclusão digital, Dias (2010) nos mostra, igualmente, que a inclusão digital é um modo de administração da vida do sujeito pelo Estado, pois, segundo a autora, as políticas públicas “vão criar o consenso de igualdade social, de acesso, de oportunidade, mediante a capacitação dos sujeitos, o que permitirá ao governo exercer o poder regulador sem tensão.” (DIAS, 2010, p.50). Esse consenso, produz no sujeito a ilusão de fazer parte da sociedade (todos têm acesso), a ilusão de igualdade na própria contradição do sistema econômico, que para funcionar nas condições de produção capitalista, necessita trabalhar nos moldes da desigualdade. São esses funcionamentos, esses sentidos que queremos compreender com as nossas análises.

Em relação ao cronograma de atividades, inicialmente, para respondermos e sustentarmos as nossas questões de pesquisa, e no intuito de constituirmos um arquivo de leitura sobre a temática, selecionamos textos teóricos da Análise de Discurso materialista, dentre os quais citamos: (PÊCHEUX, [1975] 2009), (ORLANDI, 2010), (ORLANDI, 2007), (DIAS, 2018); bem como, de modo complementar e articulado, selecionamos textos das Ciências Sociais (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2015), (MARTINS, 2016), (GENTILI, 1995), (LAVAL, 2004); das Ciências Sociais Aplicadas: (COMPARATO, 2010); (RUIZ, 2014); (MELLO, [1978], 2014); e das Ciências Humanas (CHAUÍ, 2016); (CHAUÍ, 2009), no que diz respeito ao Estado e às suas



discursividades, às políticas públicas, ao neoliberalismo, à educação e aos direitos humanos.

De acordo com um calendário de atividades a ser estabelecido, organizaremos e distribuiremos, ao longo da vigência deste projeto, as leituras, as apresentações, as produções científicas, os seminários, as participações em eventos científicos e os encontros dos pesquisadores via GEPELCO/CNPq, com uma periodicidade quinzenal. Concomitantemente aos estudos, os pesquisadores poderão delimitar individual ou coletivamente quais materiais constituirão o *corpus* discursivo de sua pesquisa, debruçando-se sobre estes para proceder às análises pretendidas, à luz das diretrizes propostas por este projeto. Além disso, pretendemos socializar as análises e os resultados alcançados, no desenvolvimento dessa(s) pesquisa(s), em eventos regionais, nacionais e internacionais.

A infraestrutura mínima será viabilizada junto aos cursos de Letras e de Direito, ao Centro de Estudo e Pesquisas em Linguagem (CEPEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT, campus de Cáceres/MT.

À luz, então, dos propósitos descritos e movidos pelas inquietações de pesquisa apresentadas, encaminhamos este projeto às agências de fomento interno e/ou estadual para captação de recursos financeiros que possibilitem viabilizar materiais, diárias e passagens à equipe de pesquisadores. Pretendemos, também, concorrer aos editais de bolsas científicas para agregar mais estudantes da graduação à prática da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>: acesso em: 04 de março de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas. 2012.



Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRESSANIN, Joelma Aparecida. **Políticas de formação continuada de professores em Mato Grosso**: uma análise discursiva do Programa Gestar. 2012, 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí, vol. 3, André Rocha (Org.). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

_____. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2009

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso Digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes, 2018.

_____. Telecentros como políticas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010.

GENTILI, PABLO (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GIOVANNI, Geraldo di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Unesp, 2015.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação!** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, [1978] 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

_____. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010.

_____. [1999] **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, [1969] 2014.

_____. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, SP, 2009



_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. [1990]. Trad. Eni Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PFEIFFER, Cláudia Regina Castellanos. Educação a distância, mídia e reciclagem. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **Produção e circulação do conhecimento**: política, ciência, divulgação. Campinas/SP: Pontes Editores, 2003.

_____. Políticas Públicas de Ensino. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 85-99.

_____. Escola e divulgação científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Mariza Vieira da. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Pontes/Editora da UNEMAT: Campinas/Cáceres, 2001.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da alfabetização no Brasil**: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Mariza Vieira da. Uma base nacional curricular comum para a leitura nas escolas brasileiras: a política e o político. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto et all (Org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**, vol. 3, Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
Atividade	Meses/ano
1. Reunião com os professores e alunos pesquisadores que compõem o projeto para definir estratégias para o desenvolvimento da pesquisa.	Junho/2022
2. Participação em editais de seleção de candidatos a bolsistas para comporem o grupo de pesquisa do projeto e de editais de fomento à pesquisa.	Julho/2022
3. Encontros quinzenais e/ou mensais realizados no âmbito do grupo de pesquisa	Junho/2022 a



GEPELCO/CNPq para discussão do referencial teórico e analítico e desenvolvimento das pesquisas	Março/2024
4. Pesquisas individuais e/ou coletivas sobre temas relacionado ao interesse dos membros que participam desse projeto para seleção do material (corpus) a ser analisado.	Agosto/2022 a Outubro/2022
5. Participação dos pesquisadores em encontros nacionais e/ou internacionais da área de concentração para apresentar de resultados preliminares dos estudos que serão desenvolvidos.	Novembro/2022 a Abril/2023
6. Realização de Minicursos e/ou Oficinas envolvendo os participantes da pesquisa e interessados em melhor compreender a realização e a relevância da produção científica advindas da AD.	Marco/2023 a Outubro/2023
7. Participação dos pesquisadores em encontros nacionais e/ou internacionais da área de concentração para apresentar os resultados finais da pesquisa.	Novembro de 2023 a Maio de 2024
8. Publicação em periódicos e organização de um Dossiê Temático referentes aos trabalhos realizados no projeto.	Dezembro/2023 a Maio/2024
9. Elaboração do relatório final do projeto e prestação de contas.	Junho/2024 a Julho/2024